

ECONOMIA SOCIAL: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO HISTÓRIA DO CONCEITO DE TRABALHO E DAS RELAÇÕES DO HOMEM COM A NOVA CONFIGURAÇÃO SOCIAL

Eixo temático: 4 - Desenvolvimento Econômico e Instituições

RESUMO: A relação entre homem e trabalho incluiu, durante muito tempo, o entendimento da relação com o capitalismo. A história social é demarcada pelo acúmulo de riquezas em detrimento do homem enquanto trabalhador, que necessitava vender sua força de trabalho sem conquistar, de fato, seu espaço na sociedade. Entretanto, com o passar da história, o capitalismo revelou-se insuficiente frente às novas configurações sociais que se formavam, ensejando uma mudança profunda nos paradigmas econômicos que permeavam a sociedade. Assim, surge a Economia Social, como uma maneira de preencher a lacuna existente entre Estado (agora figurando como garantidor dos direitos sociais) e a sociedade privada (ainda interessada no lucro). Buscando compreender esta nova realidade social, este artigo aborda as relações do homem com o trabalho e o capitalismo no decorrer da história para, em seguida, demonstrar a transição da Economia Capitalista para a Economia Social, finalizando com considerações acerca dos rumos sociais desta nova configuração econômica.

Palavras-chave: Economia Social. Homem. Trabalho.

ABSTRACT: The relationship between man and work included, for a long time, the understanding of the relationship with capitalism. Social history is demarcated by the accumulation of wealth to the detriment of the man as a worker, who needed to sell his workforce without actually conquering his space in society. However, with the passing of history, capitalism proved insufficient in face of the new social configurations that were formed, leading to a profound change in the economic paradigms that permeated society. Thus, the Social Economy emerges as a way of filling the existing gap between the State (now appearing as the guarantor of social rights) and the private (still interested in profit) society. Seeking to understand this new social reality, this article discusses the relations between man and work and capitalism throughout history, and then demonstrates the



transition from the capitalist economy to the social economy, ending with considerations about the social direction of this new configuration economic development.

Keywords: Social economy. Man. Job.

CLASSIFICAÇÃO JEL: A13.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, um novo modelo econômico surge e se contrapõe ao sistema capitalista: a Economia Social. Trata-se de uma nova forma de atender às demandas sociais originadas através do próprio capitalismo que, durante muito tempo, segregou a própria sociedade entre trabalhadores e patrões, ou seja, entre os que vendiam sua força de trabalho e os que lucravam com isso.

Buscando compreender a nova realidade econômica e social que se desenvolve na atualidade, torna-se necessário conceber as raízes desta nova sociedade econômica. Assim, este trabalho encontra-se dividido em duas partes principais. A primeira delas contextualiza as relações entre homem e trabalho e entre homem e capitalismo no decorrer da história, considerando o sistema capitalista como presente na maior parte da história da humanidade, inclusive nos dias atuais.

O homem é um ser social tão somente, segundo alguns estudiosos, devido ao trabalho que executa. O fator trabalho é exclusivo do homem, razão pela qual ele se difere dos outros seres que habitam o mundo. É através do trabalho que o homem se torna um ser pensante e, por este motivo, contribui para a sua própria evolução. Entretanto, esta evolução de pensamento permitiu que novas configurações sociais se determinassem, a exemplo do capitalismo, inserido a partir do momento em que alguns indivíduos passaram a acumular recursos e, com isso, introduzindo a segregação social e econômica.

Considerando tais questões, novos modelos econômicos foram surgindo ao longo dos últimos séculos e, em especial, nas últimas décadas. Dentre estes modelos, destaca-se o modelo de Economia Social, tratada na segunda parte deste estudo. Neste momento, abordam-se características e aspectos importantes concernentes à transição da Economia Capitalista para a Economia Social e, em seguida, busca-se contextualizar os rumos desta nova configuração econômica no mundo e no Brasil.



A sociedade contemporânea anseia por novos modelos econômicos e sociais, capazes de suprir suas necessidades diversas. Deste modo, faz-se relevante o surgimento desta Economia Social, que se insere em um espaço não suprido pela economia pública e tampouco pela economia privada: ela se insere em uma lacuna provocada pela ausência de interesse ou de capacidade para gerir as questões sociais, tão relevantes para a evolução da própria sociedade.

Considerando tais aspectos e buscando compreender a Economia Social na atualidade, este artigo foi realizado a partir de um apanhado teórico pautado em obras e demais publicações sobre o tema, configurando-se, portanto, em uma pesquisa bibliográfica. Do mesmo modo, tendo por objetivo a descrição do tema proposto e a contextualização de problemas e desafios, tal pesquisa se classifica, também, como descritiva (GIL, 2007).

1 TRABALHO E CAPITALISMO: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO COM O HOMEM AO LONGO DA HISTÓRIA

1.1 RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E O TRABALHO

O trabalho faz parte da constituição humana. Entretanto, a palavra “trabalho” com o significado atual não era usada até o século XI, sendo empregada nestas configurações somente a partir do século XV; a palavra “trabalhador” e seu significado contemporâneo, por sua vez, aparecem apenas no final do século XVII (DIAS, 2009).

É através do trabalho que o homem se diferencia dos demais seres, adquirindo consciência e transformando as matérias em produtos dotados de valores capazes de satisfazer suas próprias necessidades. Conforme Barroco (2005) é através do trabalho que o ser humano age de forma racional, sendo capaz de utilizar seus conhecimentos, atitudes e habilidades para conquistar seus objetivos enquanto indivíduo social.

A racionalidade e consciência oriundas do trabalho traduzem-se no desenvolvimento da própria evolução humana, através de sua capacidade de comunicação, articulação e fala, produzindo formas de interação humana e social e transformando o homem em sujeito de sua própria história (BARROCO, 2005).

Socialmente, pode-se dizer que o homem somente se tornou um indivíduo social a partir do trabalho. Com o objetivo de transformar sua própria realidade, o homem

desenvolveu sua própria cultura e linguagem e concretizou suas escolhas nos produtos do seu próprio esforço, ou seja, de seu trabalho (BARROCO, 2005).

Além de promover as mudanças nas formas das matérias para que estas sigam os moldes conforme suas necessidades pessoais e coletivas, o homem, através do trabalho, aprendeu a tomar decisões, transformar suas próprias demandas, desenvolvendo autoconsciência e superando seus limites (BARROCO, 2005).

No entendimento de Dias (2009) o trabalho ao longo da história assume duas posições conflitantes: de um lado, adquire valor central na vida dos indivíduos; de outro, se apresenta como fonte de sofrimento, considerando suas relações com outros trabalhadores e com a própria sociedade e, inclusive, a ineficiência das formas de institucionalização do trabalho.

Considerando esta relevância, ressalta-se:

Não podemos negar que a organização do trabalho estrutura o social, provê o indivíduo e dá-lhe um lugar de significação, sentido, permanência e renúncia. A última é dolorosa, mas não está atrelada somente ao trabalho, está na amplidão da estrutura da vida em sociedade, faz parte do homem (DIAS, 2009, p.12).

No contexto do significado doloroso, deve-se conceber a relação entre o homem e o capitalismo, considerando o acúmulo de capital como uma realidade social e que passou a promover ressignificações na relação entre homem e trabalho, conforme abordado a seguir.

1.2 RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E O CAPITALISMO

As relações entre o homem e o capital, ou seja, entre o indivíduo social e o resultado de seu trabalho ensejam profundas discussões. Marx (2004) afirma que a valorização positiva do trabalho está ligada à valorização da riqueza gerada através deste mesmo trabalho. Assim, o início do processo capitalista consiste na separação entre o trabalhador e os meios de produção, agora pertencentes a um grupo menor de indivíduos sociais.

O trabalhador, enquanto indivíduo social, agora se encontra separado dos meios por ele utilizados para produzir sua própria riqueza; desta forma, necessitam vender sua força de trabalho para garantirem a satisfação de suas necessidades vitais (MARX, 2004).

Outra mudança ideológica importante, além da divisão social do trabalho, consiste na privatização da propriedade, ou seja: apesar do trabalhador e do capitalista serem indivíduos sociais, o primeiro estava completamente alienado da natureza original do trabalho, sendo



forçado a satisfazer suas demandas através do enriquecimento do detentor dos bens de produção (MARX, 2004).

Ainda, segundo Marx (2004), quanto mais o trabalhador produz, menos ele vale; quanto mais sofisticado é o produto por ele produzido, mais oprimido é o trabalhador. Assim, o trabalho se transforma em um meio de sobrevivência, onde o trabalhador, enquanto ser social, não encontra alternativa para manter sua própria existência.

O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens que produz. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX, 2004, p.159).

A relação entre o homem e o capitalismo, portanto, torna-se um processo ininterrupto onde o trabalhador vive apenas para produzir e enriquecer ainda mais o capitalista. Alienado às forças produtivas, o trabalhador encontra-se em situação de total submissão e opressão, enfraquecendo seu interior (MARX, 2004).

Entretanto, estas significações sofreram alterações ao longo da história, estando hoje o capital e o trabalho em um status social elevado, admitindo novas formas de percepção e corroborando com a própria qualidade de vida dos trabalhadores, conforme se verifica a seguir.

1.3 O TRABALHO E O CAPITAL NA ATUALIDADE

Considerando as mudanças sociais ocorridas nos últimos séculos e, principalmente, nas últimas décadas, atualmente se configura uma nova relação social entre o homem, o trabalho e o capital. Durante muito tempo o homem foi explorado através do trabalho e não ousou revoltar-se, sob pena de promover o desequilíbrio do sistema econômico criado (MARX, 2004). Porém, alguns movimentos sociais e trabalhistas eclodiram no decorrer da história, culminando na mudança de paradigma experimentada na contemporaneidade.

Neste sentido:

Analizar as resistências e formas de organização coletiva ao longo da sociedade industrial leva a perceber que os trabalhadores e as trabalhadoras souberam aproveitar as brechas que o sistema oferecia para buscar saídas para uma vida



melhor. Assim, hoje é preciso não repetir formas próprias daquela época, mas inventar novas, que correspondam às circunstâncias atuais do capitalismo financeiro e cognitivo, articulado não mais em nível de Estado, mas de mundo (SOUZA, 2012, p.74).

A partir do século XX, através de lutas sociais e da adoção de políticas públicas em prol dos trabalhadores, muitas foram as transformações ocorridas no contexto empresarial. Conforme Dias (2009) o mundo do trabalho passou por uma transformação profunda, alterando o modo de trabalho, o significado deste para a vida dos indivíduos e as próprias normas sociais.

Houve, portanto, uma ressignificação do trabalho e do capital, sempre percebidos como parte integrante da própria história social do homem: agora, o capital passou a ser visto como fruto de um trabalho bem realizado, observando-se um movimento crescimento no envolvimento dos trabalhadores com sua vida profissional (ALVIM, 2006).

Ironicamente o trabalho vem se configurando como sinônimo de dignidade humana e condição de progresso econômico, no entanto os trabalhadores enfrentam sérios limites às suas possibilidades de estabelecimento de vínculos interpessoais com seu fazer e, consequentemente, são reduzidas as probabilidades de identificação com os outros e com o seu trabalho (DIAS, 2009, p.6).

Assim, esta nova compreensão sobre trabalho e capital enseja mudanças nos modelos de gestão trabalhista e das organizações, assim como nos modelos sociais e econômicos. Conforme Alvim (2006, p.124): “o capitalismo avança para um modelo liberal, que preconiza a abertura de mercado e o consequente aumento da competitividade”.

Posturas trabalhistas mais participativas permeiam a contemporaneidade. Neste sentido, “a conotação de trabalho evolui, cada dia mais, de um sentido negativo para outro, positivo, valorizado. Ao contrário, o ócio e a vida pacata tornam-se cada vez mais desvalorizados” (ALVIM, 2006, p.124).

Desta forma, a inserção do indivíduo no mercado de trabalho torna-se essencial para o seu próprio reconhecimento social. Além disso, o trabalho ganhou novos significados na atualidade, ultrapassando as barreiras essencialmente econômicas para atingir um status social, comunitário e solidário, conforme abordado a seguir.

2 TRABALHO E ECONOMIA



2.1 Transição da Economia Capitalista para Economia Social

Novos significados foram sendo introduzidos na sociedade, concernentes à relação entre homem e trabalho. Considerando-se o trabalho como expressão da própria característica social do homem e tendo em vista que estas relações foram se desenvolvendo tendo por base o acúmulo de capital (posteriormente denominado capitalismo), durante alguns séculos estas foram as percepções humanas acerca de seu papel no mundo do trabalho.

Entretanto, de acordo com Souza (2012), desde o seu início, o capitalismo encontra-se mergulhado em uma crise estrutural permanente, pois está submetido à lei tendencial da queda dos lucros, prevista por Karl Marx. Esta lei consolida a congruência de três fatores: superprodução, queda dos preços e exploração dos trabalhadores. A aplicação desta lei, na atualidade, é visível:

Objetos antes inacessíveis às classes populares, hoje são facilmente adquiridos no mercado. Aparelhos celulares, computadores, TV digital e tantos equipamentos eletrônicos são produzidos, descartados, e outros são produzidos no seu lugar, gerando lixo muitas vezes tóxicos. Os preços insistem em cair. A produção aumenta a cada dia, visando compensar a queda dos preços. Trabalhadores (as) são cada vez mais explorados porque são eles que arcam com esta conta. O capitalismo tem seus dias contados, mesmo que isso pareça ser impossível (SOUZA, 2012, p.81-2.).

O capitalismo, até então, era a economia dominante e concentrava-se essencialmente no dinheiro, no mercado, na impessoalidade. A sociedade capitalista girava em torno do lucro, onde todas as pessoas se relacionavam, obrigatoriamente, em torno do capital e da ideia de vender – comprar – vender (PAIVA, 2008). Entretanto, novas formas de relacionamento humano são necessárias, tanto na vida privada quanto na vida social, ensejando a transformação do pensamento econômico em conformidade com as novas demandas sociais.

Desta forma, mudanças de paradigmas conceituais e econômicos vão se inserindo na sociedade atual, ensejando novas formas de pensar a economia e a própria sociedade. Surge, portanto, o conceito de Economia Social (ou Economia Solidária). Para fins deste estudo, será considerado o conceito de Economia Social.

O conceito de Economia Social surgiu no século XIX, a partir do desenvolvimento das cooperativas como forma de transformação da sociedade capitalista. Novos pensamentos econômicos vão tomando o espaço na sociedade, onde a ajuda mútua e a educação econômica



passavam a substituir, ainda que parcialmente, o capitalismo e a ideia de proletariado. A ideia era, essencialmente, promover a transformação do próprio homem através da cooperação (CAEIRO, 2008).

A Economia Social surgiu, portanto, junto com o capitalismo; porém, representa a resistência dos trabalhadores ao sistema capitalista, um sistema que visa tão somente o lucro, deixando em segundo plano o trabalhador enquanto ser humano (SOUZA, 2012). De modo geral, pode ser compreendida como a possibilidade de um sonho que, para ser concretizado, “exige conhecer com profundidade a denúncia sob a qual se funda, ou seja: o trabalho explorado, desumanizado, alienado” (SOUZA, 2012, p.81).

Devemos entender a Economia Social, com base num conjunto de valores que evidencia uma finalidade social da sua atividade e racionalidade própria dos agentes, ou seja, ausência da finalidade do lucro na sua atuação [...], pela satisfação de necessidades sociais onde surgem aquelas que não são satisfeitas pelo mercado (CAEIRO, 2008, p.66).

No século XX, ao final da Segunda Guerra Mundial, o mundo entrou em uma nova fase social, onde mudanças de paradigmas eram necessárias e urgentes. Surgiram, portanto, os direitos sociais, onde a Economia Capitalista cedia de vez espaço a uma economia solidária, pautada nas necessidades dos homens enquanto seres humanos e não apenas como trabalhadores ou patrões. Inaugurava-se, na contemporaneidade, o verdadeiro sentido de Economia Social (CAEIRO, 2008).

Contextualizando a Economia Capitalista e a Economia Social e buscando considerar as divergências entre ambas, Souza (2012) realiza as seguintes considerações, expressas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Comparativo entre Economia Capitalista e Economia Social

Economia Capitalista	Economia Social
Visa o lucro	Visa a pessoa humana
Visão individualista	Visão compartilhada
Estimula o acúmulo de capital	Estimula a solidariedade
Depredação do meio ambiente	Conservação do meio ambiente
Patrão e empregado	Autogestão
Competição e exclusão social	Atendimento das necessidades de



	forma consciente
Beneficia poucos	Beneficia a sociedade
Imposto de cima para baixo	Construindo coletivamente
Lucro concentrado	Distribuição de renda
Exploração da mão-de-obra	Valorização do trabalhador como ser humano
Concorrência	Desenvolvimento mútuo
Consumismo	Sustentabilidade
Desumanização	Dignificação

Fonte: adaptado de Souza (2012)

Através das informações coletadas, comprehende-se a Economia Social como resultado histórico do próprio Capitalismo que, por si próprio, tornou-se insustentável frente às novas demandas sociais. No entendimento de Caeiro (2008), a Economia Social se insere na lacuna entre a economia pública e a economia privada. Ela responde a um enquadramento econômico e social específico, concretizando ações que o Estado não pretende resolver e atuando em situações onde a economia privada não vislumbra lucros para a sua realização.

Na era da globalização e da concorrência como virtude principal dos mercados, o Estado se torna cada vez menos capaz de atender todas as demandas sociais. Além disso, existe uma clara incapacidade do mercado em promover os mesmos objetivos. Assim, surge a necessidade de uma terceira dimensão que permite criar ou auxiliar estruturas necessárias para a promoção do desenvolvimento econômico e social da humanidade (CAEIRO, 2008).

Neste sentido, faz-se importante compreender os novos rumos da Economia Social, enquanto manifestação econômica fundada nas próprias demandas sociais e fruto da inconsistência do sistema capitalista, apresentada ao longo das últimas décadas, em todo o mundo.

2.2 Economia Social: para onde caminha a sociedade?

A transição da sociedade mercantilista e capitalista para uma Economia Social ou solidária ainda está ocorrendo, tendo em vista o caráter recente desta nova perspectiva econômica frente ao caráter enraizado do sistema capitalista. Entretanto, muitas são as

transformações perceptíveis na sociedade, em virtude destas mudanças de paradigmas, importantes para a própria sobrevivência social.

A reestruturação política e econômica do final do século XX – marcada pela crise ideológica com o fim do bloco socialista europeu, a ausência da perspectiva de revolução social, assim como de questionamento da classe social enquanto agente político – retomou a ideia de solidariedade como condição de inserção, interpretando os direitos presentes na condição salarial como direitos de cidadania a serem estendidos a todos os trabalhadores (LIMA E SOUZA, 2014, p.144).

Com este novo entendimento, compreender-se que o trabalho assume uma nova posição no pensamento coletivo, tornando-se sinônimo de afeto, prazer e realização (SOUZA, 2012). O Estado passa a buscar soluções para garantir os princípios da dignidade e solidariedade; porém, espera que os trabalhadores assumam suas responsabilidades, tornando-se empreendedores e assumindo seus próprios custos de manutenção social (LIMA E SOUZA, 2014).

Neste sentido, Souza (2012) afirma estarem cada vez mais presentes na atualidade as noções de autonomia, autogoverno e autodeterminação, uma vez que é preciso continuar enfrentando a lógica econômica dominante, enraizada culturalmente na história social. Assim, surgem práticas de articulação entre a economia tradicional e as novas práticas econômico-populares, baseadas essencialmente na autogestão.

Para Caeiro (2008), são quatro os princípios determinantes da Economia Social: finalidade de prestação de serviços à coletividade; autonomia da gestão; processo de decisão democrática e primazia do trabalho e das pessoas sobre o capital. A Economia Social participa da função "produção", prestando serviços de caráter coletivo em todos os setores sociais e apresentando novas propostas, como a força da iniciativa privada e a rapidez que falta à iniciativa pública.

No Brasil, a Economia Social tem se destacado desde a década de 90, através de importantes debates realizados por instituições e movimentos sociais. Deve-se destacar, também, o crescimento do número de fóruns de discussão nas mais diversas esferas governamentais, corroborando para o aumento da participação da sociedade nas decisões sobre os rumos econômicos e sociais (SOUZA, 2012).

O país encontra-se em uma posição privilegiada a nível mundial, considerando-se alguns fatores, colocados por Paiva (2008, p.437):



O país é uma das maiores economias do mundo e possui recursos naturais estratégicos para a realidade que se colocará nas próximas décadas: a autossuficiência energética, agora potencializada para crescente capacidade de exportar energias renováveis (etanol) e não renováveis (petróleo); a existência de uma fronteira agrícola ainda por ser explorada, o que torna o país uma das poucas regiões com potencial de expansão da oferta de alimentos sob bases ambientalmente sustentáveis (se os recursos forem utilizados racionalmente); isto se associa a existência de água em abundância e de um amplo leque de recursos minerais.

Esta realidade brasileira transforma o país em uma Economia Social em expansão, sendo necessários, ainda, alguns ajustes para que esta expansão se dê de maneira ordenada e promova, de fato, a autogestão e a participação coletiva para o desenvolvimento econômico e social. Nos últimos anos, tem-se proliferado uma nova forma de gerir a sociedade, pautado num processo generalizado de doação e sensibilidade social, exemplificado por Souza (2012) como as campanhas de “Adote um aluno”, “Seja amigo da escola”, entre outras.

O novo rumo social enseja uma sociedade que se torna responsável por si mesma, convocada a dar conta das questões sociais originadas através da Economia Capitalista. A Economia Social, portanto, se constitui no esforço coletivo do homem, enquanto espécie, contra todas as formas de exploração e depredação da vida, indo muito além do empreendedorismo ou da geração de renda (SOUZA, 2012).

Dentre as denominações e os estudos realizados acerca da Economia Social, surgem novos conceitos e novas dinâmicas que não devem ser esquecidas para a compreensão correta do tema. Através das ideias da Economia Social, da solidariedade, do cooperativismo e, acima de tudo, da busca pela dignidade através de ações que não necessariamente gerem lucro (como ocorria no capitalismo), uma nova figura surge no cenário econômico: o Terceiro Setor.

O Terceiro Setor é, conforme anteriormente colocado, o fruto da ausência de interesse do Estado e da economia privada em determinadas situações (CAEIRO, 2008). Possui maior abrangência que a própria Economia Social, situando-se "numa perspectiva alargada de análise da economia e das suas implicações do ponto de vista social" (CAEIRO, 2008, p.65).

No Brasil, durante as duas últimas décadas, esse debate vinculou-se ao surgimento de um movimento social que agregou diversos setores e outros movimentos como os dos sem-terra, catadores de lixo reciclável, trabalhadores de fábricas recuperadas,



contra a fome e a miséria, entre outros, a partir dos anos 1990. O movimento de economia solidária se estruturou com base na proposta de organização de cooperativas e associações voltadas ao combate ao desemprego, à inclusão de jovens, idosos e excluídos do mercado de trabalho, a partir de formas de autogestão de organização do trabalho e da propriedade coletiva dos meios de produção, numa economia diferente (LIMA E SOUZA, 2014, p.160).

Surgiram, portanto, por todo o mundo e inclusive no Brasil, novos tipos de organizações, capazes de atender às demandas sociais surgidas no âmago desta nova configuração social. É importante conceber algumas características apresentadas por estas novas organizações, colocadas por Caeiro (2008):

Quadro 2 – Organizações sociais

Principais características das organizações sociais
Organizações autônomas em relação ao Estado
A propriedade é institucional e não pode ser repartida entre os participantes
Seu objetivo não é o lucro, podendo prever, em alguns casos, a distribuição dos excedentes
Sua gestão é democrática e participativa
Ênfase no trabalho sobre o capital, promovendo a qualificação do trabalhador e do serviço
Modelo organizacional idêntico aos demais setores
Formas organizacionais diversificadas
Seu objetivo fundamental é o bem-estar e equilíbrio social

Fonte: adaptado de Caeiro (2008)

Além destas características, deve-se destacar também o trabalho militante de organizações que buscam a defesa dos direitos humanos ou dos direitos da natureza, por exemplo. Em conjunto com os demais tipos de organizações sociais, novas práticas e políticas públicas vão se inserindo no contexto social, sensibilizando sobre a necessidade de mudanças necessárias de paradigmas, incentivando o consumo consciente e a participação dos cidadãos em sua própria sociedade (SOUZA, 2012).

A Economia Social se traduz em um novo comportamento econômico e social pautado, sobretudo, na igualdade e na promoção de direitos sociais em nível mundial. A



realidade social enseja uma nova postura frente às questões sociais como a desigualdade e o desemprego, por exemplo, como bem coloca Caeiro (2008, p.70):

O mundo globalizado, as crises econômico-financeiras generalizadas em resultado daquele, os surtos de desemprego, as desigualdades sociais resultantes da incapacidade dos Estados na promoção da repartição equitativa dos rendimentos tem conduzido a Economia Social para um papel predominante nas respostas a muitas das questões que vão surgindo.

Deste modo, esta novo paradigma econômico, pautado na autogestão, sustentabilidade e igualdade ocupa espaço de destaque nas sociedades atuais, visando atender às novas demandas sociais que surgem a partir da diversidade econômica, social e cultural.

CONCLUSÃO

As transformações sociais ocorridas com maior complexidade nas últimas décadas ensejaram uma nova postura social frente aos sistemas econômicos vigentes, a partir do momento em que se compreendeu que a contemporaneidade estava pontuada por demandas sociais que não estariam sendo supridas pelas formas de se fazer economia utilizadas até então.

De um lado, o sistema capitalista elevou a diferença entre as classes sociais; de outro, com o surgimento do Estado, surgia também uma nova concepção de direitos: os direitos sociais. Entretanto, e evolução histórica e cultural da sociedade, tendo em vista a diversidade e heterogeneidade apresentada pelas comunidades em todo o mundo, demandou novas necessidades que não estavam sendo abarcadas pelo sistema capitalista e tampouco pelo Estado.

Esta lacuna gerou novos debates econômicos e sociais, ensejando no surgimento e na presença irrefutável de um novo tipo de economia, a Economia Social. Esta nova concepção econômica encontra-se pautada na solidariedade, na percepção de que os cidadãos necessitam da coletividade, da democracia e da participação social para se elevarem ao status de homens sociais.

No início da compreensão do homem enquanto ser social, este status era atingido tão somente através do trabalho, razão pela qual o homem se diferenciaria dos outros seres vivos e se tornaria o único ser racional. Entretanto, este status passou a ser substituído, ao longo da



história, por um sistema capitalista discriminatório, cuja principal característica consistia em segregar a sociedade tendo por classificação a posse de bens, ou seja, o capital.

Mudanças de pensamento e, consequentemente, as transformações sociais originadas nos últimos séculos e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial fizeram surgir debates em torno do que significaria, de fato, ser um ser social e, acima de tudo, um ser humano. Questões como dignidade e igualdade, principalmente no contexto do trabalho, passaram a se tornar cada vez mais presentes nos debates sociais.

Neste sentido, a Economia Social torna-se, atualmente, a resposta aos anseios sociais relacionados à segregação e à desigualdade, uma vez que propõe, através dos mais diversos meios, a busca por uma igualdade social relacionada, sobretudo, ao respeito à própria diversidade formadora da sociedade.

REFERENCIAS

ALVIM, M. B. A relação do homem com o trabalho na contemporaneidade: uma visão crítica fundamentada na Gestalt-Terapia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, rio de Janeiro, ano 6, n. 2, p.122-130, 2006.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social:** Fundamentos Ontológicos. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CAEIRO, J. M. C. Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.11, n.1, p.61-72, 2008.

DIAS, R. C. S. **Relação homem-trabalho: entre** o bem e o mal-estar. **Omnia Saúde**, v.6, n.2, p.1-14, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, J. C.; SOUZA, A. R. **Trabalho, Solidariedade social e Economia solidária. Lua Nova**, São Paulo, 93, p.139-168, 2014.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos o Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2004.



V Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia & Desenvolvimento



PAIVA, C. A. N. **Noções de economia.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

SOUZA, A. I. **Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária:** história social do trabalho. Curitiba: L.F. Editora, 2012.